

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 940.539 - RJ (2016/0164540-4)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : UNIMED SÃO GONÇALO NITERÓI SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA**  
**ADVOGADOS : GABRIELE CRISTINA AZEVEDO REIS - RJ173393**  
**GUSTAVO SICILIANO CANTISANO E OUTRO(S) - RJ107157**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA LTDA IBOL**  
**ADVOGADOS : VOLMAR DE PAULA FREITAS - RJ011303**  
**OSCAR BITTENCOURT NETO - RJ121556**  
**AGRAVADO : IDIMAR DO NASCIMENTO**  
**AGRAVADO : MARLA DA SILVA RAMOS NASCIMENTO - POR SI E REPRESENTANDO**  
**AGRAVADO : ISRAEL RAMOS NASCIMENTO (MENOR)**  
**ADVOGADO : MARCUS VINICIUS QUADROS MACHADO - RJ127298**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por UNIMED SÃO GONÇALO - NITERÓI SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. contra decisão que negou seguimento a recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 262-263):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, CUMULADA COM PEDIDO DE REPARAÇÃO DE DANOS. RECUSA INDEVIDA EM CUSTEAR PROCEDIMENTO CIRÚRGICO.

- Autores que alegam a ocorrência de cobranças indevidas para realização de procedimento cirúrgico em hospital particular, bem como a recusa imotivada do plano de saúde réu em custear o referido procedimento.
- Preliminar de cerceamento de defesa que se afasta, haja vista que a ausência de pedido de provas (ainda que genericamente) por parte da primeira apelante.
- Fundamentos da sentença que não se mostram contraditórios ou confusos, devendo ser também afastada a preliminar de nulidade do julgado por tal motivo.
- Juízo a quo que é o competente para processar e julgar o feito, não devendo ser acolhido o pedido de remessa do feito para uma das varas da infância e da juventude da capital.
- Preliminar de inépcia da exordial, que, igualmente, não merece

acolhida, haja vista a inexistência de qualquer dos vícios descritos no artigo 295, parágrafo único, do CPC.

- Preliminar de ilegitimidade passiva ad causam que também não merece amparo. Aplicação da Teoria da Asserção.

- Sociedades rés que se reuniram para explorar atividade econômica lucrativa, devendo, portanto, responder solidariamente por eventuais prejuízos causados aos consumidores.

- Terceiro autor que é pessoa menor de idade e se viu impedido de realizar procedimento cirúrgico para garantia de sua visão binocular em razão do ato ilícito da parte ré.

- Verba compensatória dos danos morais que se mostra proporcional e razoável, não havendo que se falar em exclusão ou redução do quantum.

- Sentença que se mantém, tal como lançada.

#### CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DOS RECURSOS

Inicialmente, cumpre destacar que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016, desta Corte.

Com relação ao juízo de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, destaco que esta Corte possui entendimento no sentido de que *"é admitida a incursão no mérito do recurso especial pelo Tribunal a quo para a verificação da admissibilidade do apelo nobre"* (AgRg no Ag 1.034.534/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJe 3.2.2009).

A decisão agravada deixou de admitir o recurso especial sob os fundamentos de incidência da Súmula 7 do STJ e dissídio jurisprudencial não comprovado nos moldes legais.

Em suas razões, a agravante limitou-se a defender a inaplicabilidade da Súmula 7 do STJ e a reiterar as razões de mérito do recurso especial, deixando de impugnar o fundamento relativo à não comprovação do dissídio jurisprudencial nos moldes legais.

Esclareça-se que, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica de todos os pontos analisados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento por ausência de cumprimento do requisito exigido no artigo 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de

1973 (artigo 932, III, do Código de Processo Civil de 2015).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182 DO STJ.

1. Inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, nos termos do que dispõe a Súmula 182 do STJ.

2. O sistema processual brasileiro consagra e positiva o princípio da dialeticidade ao exigir que o recurso faça impugnação específica aos fundamentos do provimento jurisdicional atacado (arts. 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973; 932, III e 1.021, § 1º, do atual Código de Processo Civil; e 259, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.003.118/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/10/2017.)

Assim, sem a impugnação específica e suficiente para infirmar os fundamentos da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, não conheço do agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora